

**A POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO ENTRE AS CULTURAS: um estudo segundo
Catherine Walsh**

LA POSIBILIDAD DE DIÁLOGO ENTRE CULTURAS: un estudio según
Catherine Walsh

THE POSSIBILITY OF DIALOGUE BETWEEN CULTURES: a study according to
Catherine Walsh

Renan Mota Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-5855-5418>

Lorena Monteiro Lessa²

<https://orcid.org/0000-0002-4667-2158>

Bruno Cardoso de Menezes Bahia³

<https://orcid.org/0000-0002-8976-0035>

Denise Costa de Brito⁴

<https://orcid.org/0000-0001-6738-7981>

Resumo:

O presente artigo traz uma discussão reflexiva acerca do tema Interculturalidade crítica, objetivando evidenciar a diferença fundamental entre o termo interculturalidade e multiculturalismo, dando destaque para a característica de cada um e para o surgimento e utilização destes. Concebida como um tema bastante polêmico, a interculturalidade está atrelada

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRJ); Especialização em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil pela Faculdade Venda Norte do Imigrante (FAVENI); Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA); Pesquisador do Grupo de Estudos Decoloniais (GED/UFRJ). E-mail: renanmota16@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco; Especialização em Administração Escolar, Supervisão e Orientação pela Faculdade EducaMais (UNIMAIS). E-mail lorena.lessa3@gmail.com

³ Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Especialização em Sociologia Urbana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Coordenador do Grupo de Estudos Decoloniais (GED/UFRJ). E-mail: brunobahia.ufrj@gmail.com

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRJ); Especialização em Gestão pela Qualidade Total pela Universidade Cândido Mendes; Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC). E-mail: denise@iff.edu.br

Como referenciar este artigo:

RENAN, Mota Silva *et al.* A possibilidade de diálogo entre as culturas: um estudo segundo Catherine Walsh. **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-17, ano 2022.

DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.6833>

aos ideais de liberdade, universalidade de direitos, independência e transparência, sendo estes fatores essenciais para o exercício das democracias modernas. Dessa forma, o termo acima citado tem se destacado como premissa na redação das cartas magnas de alguns países, principalmente daqueles que possuem em sua população um grande contingente de habitantes nativos, como é o caso dos povos indígenas dos países da América Latina, sendo que esses grupos étnicos têm reivindicado através dos movimentos sociais, que a interculturalidade se torne não apenas uma promessa de Governo, mas uma política de Estado. A interculturalidade crítica, teve sua origem no movimento pós-colonialista, formada a partir de um conjunto de concepções advindas de uma militância de teóricos e críticos, que através de uma análise reflexiva firmaram tais concepções e teorias nos estudos culturais. Tal conceito ganhou amplitude, implicando assim o reconhecimento deste por outras correntes e áreas do conhecimento de caráter epistemológico como uma escolha libertadora e emancipatória.

Palavras-chave: Interculturalidade. Multiculturalismo. Cultura. Sociedade. Identidade Cultural.

Resumen:

Este artículo presentará una discusión reflexiva sobre el tema de la interculturalidad crítica, con el objetivo de resaltar la diferencia fundamental entre el término interculturalidad y multiculturalismo, destacando las características de cada uno y su surgimiento y uso. Concebida como un tema muy controvertido, la interculturalidad está ligada a los ideales de libertad, universalidad de derechos, independencia y transparencia, que son factores esenciales para el ejercicio de las democracias modernas. Así, el término antes mencionado se ha destacado como premisa en la redacción de las cartas de algunos países, especialmente aquellos que tienen un gran contingente de habitantes nativos en su población, como es el caso de los pueblos indígenas de los países latinoamericanos. Grupos étnicos han reclamado exigiendo a través de los movimientos sociales que la interculturalidad se convierta no solo en una promesa del Gobierno, sino en una política de Estado. La interculturalidad crítica tuvo su origen en el movimiento poscolonial, formado a partir de un conjunto de concepciones surgidas de una militancia de teóricos y críticos, quienes, mediante un análisis reflexivo, establecieron tales concepciones y teorías en los estudios culturales. Este concepto ganó amplitud, lo que implicó su reconocimiento por otras corrientes y áreas de conocimiento de carácter epistemológico como una opción liberadora y emancipadora.

Palabras clave: Interculturalidad. Multiculturalismo. Cultura. Sociedad. Identidad cultural.

Abstract:

The present article will present a reflective discussion on the topic of critical interculturality, aiming to highlight the fundamental difference between the term interculturality and multiculturalism, highlighting the characteristic of each and the emergence and use of them. Conceived as a very controversial theme, interculturality is linked to the ideals of freedom, universality of rights, independence and transparency, being these factors essential for the exercise of modern democracies. Thus, the above mentioned term has been highlighted as a premise in the drafting of the magnificent charters of some countries, especially those that have in their population a large contingent of native populations, as is the case of the indigenous peoples of Latin American countries, and these ethnic groups have claimed through the social movements, that interculturality becomes not only a promise of government, but a policy of state. Critical interculturality had its origin in the post-colonialist movement, formed from a set of conceptions coming from a militancy of theorists and critics who, through reflective analysis, consolidated such conceptions and theories in cultural studies. Such concept gained amplitude, thus implying its

recognition by other currents and areas of knowledge of epistemological character as a liberating and emancipatory choice.

Keywords: Interculturality. Multiculturalism. Culture. Society. Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

Concebida como um tema bastante polêmico, a interculturalidade está atrelada aos ideais de liberdade, universalidade de direitos, independência e transparência, sendo estes fatores essenciais para o exercício das democracias modernas. Dessa forma o termo acima citado tem se destacado como premissa na redação das cartas magnas de alguns países, principalmente daqueles que possuem em sua população um grande contingente de habitantes nativos, como é o caso dos povos indígenas dos países da América Latina, sendo que esses grupos étnicos têm reivindicado através dos movimentos sociais, que a interculturalidade se torne não apenas uma promessa de Governo, mas uma política de Estado.

Assim, a interculturalidade crítica será como um instrumento de grande relevância para a construção do conhecimento crítico e autônomo em relação à preservação dos costumes e da herança cultural, devendo ser retratada no contexto educacional. Ela deve propiciar ações colaborativas no sentido de firmar o respeito e o reconhecimento à diversidade cultural que existe nas comunidades nativas e afrodescendentes.

Diante do exposto, o presente trabalho apresentará uma discussão reflexiva acerca do tema Interculturalidade crítica, objetivando evidenciar a diferença fundamental entre o termo interculturalidade e multiculturalismo dando destaque para a característica de cada um e para o surgimento e utilização destes. Dessa forma serão levantadas inquirições que servirão como elementos suleadores no percurso deste artigo, sendo estes assim apresentados: O que diferencia a interculturalidade do multiculturalismo? Em quais conceitos se baseia a interculturalidade crítica? Qual a importância da interculturalidade para a preservação dos costumes dos grupos étnicos raciais da América Latina?

Na tentativa de institucionalizar a interculturalidade o poder político passou a correlacionar este tema ao multiculturalismo, sendo estes possíveis sinônimos explicados por Williams (2007), como um termo usado como ação de política pública que tem como

referência o reconhecimento oficial da diversidade cultural referente aos grupos multirraciais ou nas comunidades com linguagens peculiares.

No entanto, o autor acima citado, destaca que existe uma crítica constante a tais abordagens, cujo princípio de sua denominação significa transformar a objeção à aceitação da identidade cultural, num problema de relevância política.

Walsh (2007), ressalta que a aceitação do outro, prometida pelo paradigma referente ao multiculturalismo reafirma a manutenção da desigualdade e da injustiça social, deixando as estruturas sociais e institucionais inalteradas, sendo a estas atribuída a responsabilidade de reproduzir e manter a desigualdade. Para Silva (2021):

[...] a interculturalidade deve pautar pela garantia da igualdade de oportunidades, devendo compreender os conhecimentos e os saberes de cada povo e sua cultura. Proporciona o enriquecimento das diferenças culturais em uma ótica baseada na coletividade. A utilização deste conceito deve comungar um projeto que dá destaque ao fato de todas as culturas serem reconhecidas, com suas peculiaridades respeitadas, em que a diversidade cultural deve se interagir, no contexto sociocultural sem exclusão (SILVA, 2021, p. 30).

Dessa forma, fica evidente a diferença entre interculturalidade e multiculturalismo, apontando que a concepção do primeiro termo foi construída a partir das lutas sociais, pelos grupos considerados minorias, sendo eles os movimentos indígenas e afrodescendentes. Nesta mesma visão de entendimento, Vallescar Palanca (2001) esclarece:

[...] interculturalidade representa um avanço em relação ao multiculturalismo no sentido de que este, no geral, se refere à presença, em um mesmo lugar, de culturas distintas, que não estão, necessariamente, em relação, ou estariam em relações conflitivas. A interculturalidade, independentemente da forma de governo que se prefira, exige não só o respeito ou o reconhecimento, como também o direito de cada membro de oferecer sua contribuição particular (VALLESCAR PALANCA, 2001, p. 121).

Walsh (2005), ainda cita que:

[...] conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de / desde outro modo-, precisamente por três razões principais: i) porque é vivido e pensado desde a experiência da colonialidade [...]; ii) porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêtricos ou da modernidade; e iii) porque tem sua origem no sul, dando

assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global (WALSH, 2005, p. 25).

Neste entendimento e principalmente no que versa o enfoque do *corpus* de entendimento na visão desta autora, a interculturalidade deve caminhar somente e tão somente para ir de encontro ao que perpetua a descolonização, ligada ao educacional, social, político e ético, numa perspectiva de mudança sócio-histórica e estrutural desse mecanismo, onde:

A interculturalidade crítica [...] é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (WALSH, 2007, p. 8).

Em contrapartida, o termo multiculturalismo, em suma, é apresentado em situações de hierarquia, ou seja, de cima para baixo; algo elaborado com o intuito de manter a centralização do poder.

1 TIPO DE ESTUDO

Aspirou-se orientar a escrita do artigo apoiando-se em marcos teóricos e conceituais a começar com autores que tem relação com as indagações apresentadas no que tange a investigação e a compreensão sobre a interculturalidade. Busca-se uma perspectiva que favoreça a formação da identidade pessoal e coletiva dos cidadãos a que está ligada, numa perspectiva decolonial.

Para tanto, esta se apresentará como uma pesquisa de caráter qualitativo bibliográfico em que serão abordadas e confluídas as concepções de Catherine Walsh e demais autores que versam sobre o tema proposto.

O estudo é também de caráter exploratório, conforme Andrade (2003, p. 124): “a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico”. Segundo as definições do autor, procura-se proporcionar mais informações sobre determinado tema,

facilitando a delimitação do estudo e a definição de objetivos ou formulação de hipóteses. Portanto, através da pesquisa exploratória avalia-se a possibilidade de desenvolver uma relevante escrita sobre a temática interculturalidade.

A respeito da pesquisa exploratória Martins (2002, p. 41) descreve que “toda pesquisa bibliográfica ou de campo é também exploratória”. Estas pesquisas visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A presente pesquisa trata-se de uma revisão de literatura. Segundo Prestes (2002), esse tipo de pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo teórica quanto ao seu objetivo, explicativa quanto à forma de estudo e bibliográfica quanto ao objeto de estudo.

A pesquisa teórica envolve, como o próprio nome diz, uma análise apenas da teoria relacionada a um determinado tema, sem que haja análise prática *in loco* daquilo que se investiga ou algum tipo de intervenção com o objetivo de avaliar seus efeitos. Já a explicativa, registra, analisa e interpreta dados, ainda que teóricos, na busca por esclarecimento de um determinado tema.

Por fim, a pesquisa bibliográfica busca respostas a partir de referências previamente produzidas. Para isso, há a necessidade de que se tenha procedimentos metodológicos a fim de se garantir a qualidade dessas referências e, conseqüentemente, da sua própria pesquisa. No caso deste artigo, isso será descrito logo mais adiante.

1.1 Local e período do estudo

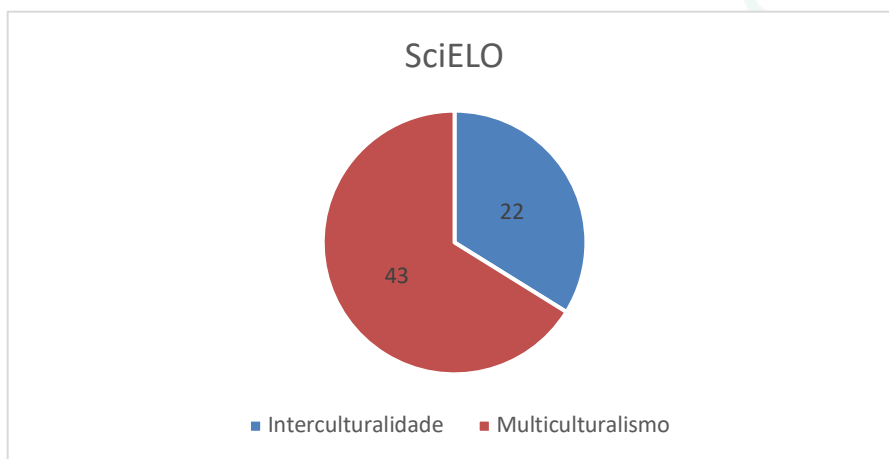
Embora bibliográfica, cabe descrever na escrita deste artigo, os locais e como as referências foram obtidas. Em estudos desse tipo, isso significa em quais bases de dados elas encontram-se armazenadas. Isso é importante, pois é a partir da identificação desses locais virtuais (internet) que se pode garantir a qualidade de uma proposta de pesquisa dessa natureza e, posteriormente, dos produtos que serão gerados a partir dela (resumos e artigos).

Sendo assim, foram utilizadas como fontes de busca de referências as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Internacional e Brasil e o Portal de

Periódicos CAPES/MEC. Essas bases foram selecionadas em função do rigor científico das mesmas para que haja indexação de um periódico.

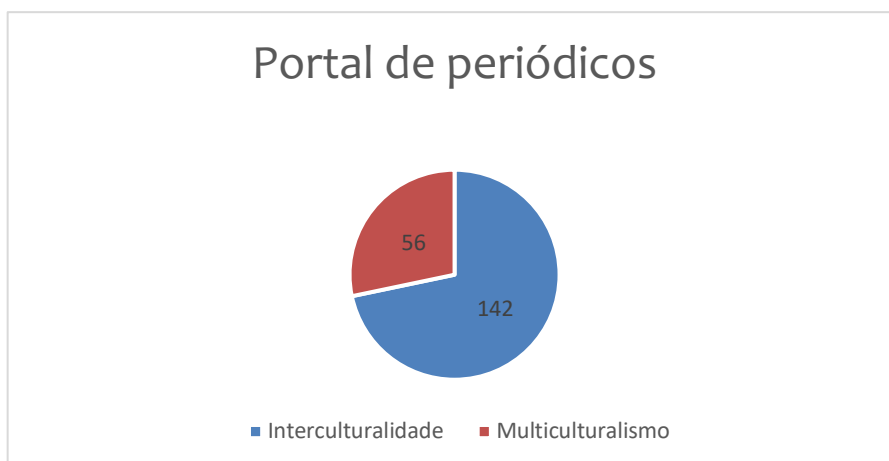
Em todos esses locais de busca, foram utilizados descritores combinados que em tese retornaram trabalhos existentes relacionados com cada um dos objetivos previamente elencados: objetivo 1 - “interculturalidade + educação”; e objetivo 2 - “multiculturalismo + educação”. Os gráficos abaixo mostram o quantitativo de trabalhos encontrados nas plataformas selecionadas.

Gráfico 1 – Quantitativo de trabalhos encontrados na plataforma SciELO



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos encontrados no portal de periódicos



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

1.2 Critérios de seleção das referências

Foram incluídos apenas artigos científicos publicados nos últimos 2 (dois) anos, ou seja, nos anos de 2020 e 2021, nos idiomas português, espanhol ou inglês, quantitativos, qualitativos ou de revisão e com acesso integral e gratuito ao texto.

Por outro lado, foram excluídos artigos não relacionados aos objetivos desta escrita, ainda que os termos utilizados na busca estivessem presentes no título e também em outros tipos de trabalhos acadêmicos distintos dos mencionados na seção acima, isto é, resumos, resumos expandidos, dissertações e teses.

1.3 Procedimentos de seleção de artigos e registo de informações

A seleção dos artigos ocorreu em duas etapas. Primeiramente foi realizada a leitura do título e do resumo, enquanto na segunda, esses materiais foram lidos integralmente. Em cada uma delas, os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados, sendo possível então que já na primeira etapa, alguns fossem recusados. Na leitura seguinte, a que foi realizada na íntegra, também foi confirmada a adequação da referência selecionada, de modo que ali também, pudesse haver mais alguma exclusão.

Para o registro de informações das referências selecionadas, preferiu-se utilizar um arquivo eletrônico (*Excel – Microsoft Office Professional Plus 2019*). Neste arquivo, as informações foram organizadas de modo que as colunas representassem tópicos nos quais as informações correspondentes a cada um deles, dentro do que foi proposto na pesquisa, fossem registradas.

Esses tópicos foram organizados de maneira a trazer maior elucidação para a escrita e resultados, apresentados da seguinte maneira: 1) ano de publicação; 2) nome do periódico; 3) *qualis* (classificação); 4) título; 5) autores; 6) descritores; 7) objetivos; 8) materiais e métodos; 9) resultados; 10) conclusões; e 11) recomendações.

1.4 Análise dos dados e apresentação dos resultados

Por meio da organização anteriormente mencionada do arquivo, as informações foram visualmente analisadas e comparadas entre si. Em seguida, os objetivos foram

utilizados como guia para a apresentação das considerações. Desse modo, ao redigir o texto preferiu-se utilizar os resultados ao longo desta escrita, com os seguintes tópicos: 1) Introdução; 2) Interculturalidade crítica; 3) A importância da interculturalidade crítica no processo educacional; e 4) Considerações finais.

Assim, em termos de forma de apresentação dos resultados dos artigos encontrados e selecionados, foi utilizada uma combinação de itens e textos, previamente selecionados, para explicação e discussão dos achados.

2 INTERCULTURALIDADE CRÍTICA

Para Moya (2007), tendo como referência a América Latina, em sua trajetória histórica, a utilização do termo interculturalidade teve início nas décadas de 1970/80, decorrente do movimento migratório ocorrido na Europa, sendo tal movimentação consequência do grande número de imigrantes que por questões econômicas, desestruturação social e pelas constantes guerras, à procura de condições de vida mais confortáveis deixavam seus países origem, provocando assim uma grande mudança na estrutura social e cultural dos países que os recebiam.

Mediante a esse novo cenário, viu-se a necessidade de pautar pela aceitação e convivência pacífica das diferenças que ali se descortinavam, realidade esta que se relaciona ao termo multiculturalismo, havendo assim a necessidade de criar uma sensação de que as diferenças devem ser respeitadas e que deveriam ser construídas relações interpessoais harmônicas entre os povos e suas mais variadas culturas.

Dessa forma, baseando nessa nova conjuntura social, a concepção do termo interculturalidade, com tendência baseada no multiculturalismo, passou a ser usada no intuito de passar a ideia de que as diferentes manifestações culturais eram aceitas de forma indiscriminada. Assim, tal conceito se assemelha à ideia de interculturalidade crítica, passando a sensação de que devesse procurar valorizar e aprender a cultura de ambos os sujeitos envolvidos neste novo cenário, entendendo que a identidade cultural do outro não deve ser somente tolerada, e sim digna de respeito, devendo oportunizar a apreensão e o conhecimento do outro em suas diferenças.

Em se tratando da interculturalidade crítica, esta teve sua origem no movimento pós colonialista, formado a partir de um conjunto de concepções advindas de uma militância de teóricos e críticos, que através de uma análise reflexiva firmaram tais concepções e teorias nos estudos culturais. Tal conceito ganhou amplitude, implicando assim o reconhecimento deste por outras correntes e áreas do conhecimento de caráter epistemológico como uma escolha libertadora e emancipatória.

Ao conceituar a interculturalidade crítica, Walsh (2007), salienta que esta se apresenta como uma configuração conceitual, um processo de ruptura epistemológica que tem suas bases no passado e no presente, sendo estes caracterizados a partir da dominação, da exploração e da marginalização, sendo tais fatores consequências do que pode ser denominado de modernidade e colonialidade.

Neste mesmo corpus de entendimento, Poso e Monteiro (2021) explicitam a terminologia interculturalidade como

[...] forma de resistência histórica e atual dos povos indígenas e negros às construções de um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico; apontando processos de confronto com o neocapitalismo, numa ruptura epistêmica baseada na dominação, exploração e marginalização. (POSO; MONTEIRO, 2021, p. 3).

Nesta mesma direção, como citado por Walsh (2007), vale destacar que além de ser considerada como proposta, a interculturalidade deve também ser concebida como um aspecto conceitual que se associa à conjuntura social e política experimentada pelas culturas subjugadas ao projeto colonialista. Tal concepção traz a compreensão da existência de uma contra supremacia de caráter epistemológico.

Devido ao direcionamento dado por Walsh (2002), acerca do conceito de interculturalidade crítica, é que foi possível ter uma melhor compreensão, pois esta autora deu enfoque na realidade vivenciada pelos povos indígenas mediante aos movimentos empreendidos por esse grupo no Equador.

Walsh (2002), ressalta sobre o entendimento centrado nos questionamentos relacionados à ideia de poder, advindas do colonialismo e das imposições supremacistas, em que o próprio movimento indígena passou a fazer questionamentos acerca do uso do termo interculturalidade, devido a esta palavra estar mais atrelada às exigências do sistema neoliberal que passou a ser prioridade nos sistemas estatais, perdendo assim o seu caráter

transformador no que diz respeito à preservação e garantia dos direitos dos povos nativos e afrodescendentes.

Diante do exposto, a proposta atribuída à interculturalidade está subordinada à vontade do Estado, que não mede esforços para manter o seu poder hegemônico, havendo a necessidade de repensar e reconfigurar o conceito de interculturalidade, sendo que este não pode ser utilizado como mero instrumento mediador dos povos e suas tradições com o mundo ocidental que se perdeu nos ideais capitalistas neoliberais.

2.1 A importância da interculturalidade crítica no processo educacional

Concebida como um instrumento de grande relevância para a construção do conhecimento crítico e autônomo em relação à preservação dos costumes e da herança cultural, a interculturalidade crítica deve ser apresentada no âmbito educacional, sendo que esta deve promover ações colaborativas no sentido de efetivar o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural existente nas comunidades nativas e afrodescendentes. Pois, no entendimento dos autores Poso e Monteiro (2021):

O sistema educacional brasileiro é uma herança do modelo educativo colonial, sustentado em orientações eurocêntricas que vão em prol da ideologia dos governantes, que sob a lógica economicista, coaduna com os interesses internacionais. Ele legitima processos hegemônicos, estando a favor de alguns e abandonando outros à própria sorte e age como se o aluno fosse um bloco homogêneo (POSO; MONTEIRO, 2021, p. 14).

Segundo Martinez *et al.* (2009), tais iniciativas possibilitarão aos sujeitos envolvidos no processo educativo a compreensão do mundo, ampliando a visão para ter o entendimento das mais diversas relações sócio-históricas, proporcionando uma análise reflexiva do indivíduo sobre a realidade em que vive, assim como sobre outros contextos.

O termo interculturalidade deve pautar pela garantia da igualdade de oportunidades, devendo compreender os conhecimentos e os saberes de cada povo e sua cultura, proporcionando o enriquecimento das diferenças culturais em uma ótica baseada na coletividade. A utilização deste conceito deve comungar um projeto que dá destaque ao fato de todas as culturas serem reconhecidas, tendo suas peculiaridades respeitadas, em que a diversidade cultural deve se interagir, no contexto sociocultural sem exclusão.

Segundo Candau e Russo (2011), a interculturalidade constitui no contexto educacional uma prática da ética, da política de forma epistêmica. Dessa forma, percebe-se que a utilização deste conceito no âmbito educativo é de grande relevância, pois é por meio da educação que há a possibilidade de levantar questionamentos sobre a colonialidade implícita na sociedade e no próprio sistema de ensino, podendo dessa forma acabar com o racismo estrutural e com as relações pautadas na etnização.

Dessa forma, os autores acima mencionados, chamam atenção para a necessidade de elaborar propostas curriculares embasadas na construção de um processo educacional que possa desenvolver a construção de uma interculturalidade crítica, que possibilite discussões e reflexões nos mais variados contextos, podendo propiciar a inter-relação do conhecimento entre as diversas áreas do saber. Walsh (2009), destaca sobre a necessidade de utilizar a interculturalidade a partir de uma perspectiva crítica. Ela sugere que seja feita uma abordagem da seguinte forma:

Deve partir do problema estrutural-colonial-racial, isto é, de um reconhecimento de que a diferença se constrói dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder radicalizado e hierarquizado, com os brancos e branqueadores em cima e os povos indígenas e afrodescendentes nos andares inferiores (WALSH, 2009, p. 3).

Reafirmando o entendimento, ela também ressalta que, a interculturalidade deve ser concebida como um instrumento que viabiliza um projeto que deverá ser construído tendo pessoas como referência. Ainda de acordo com a referida autora, respeitar diversidade deve se tornar um ato que anteceda a elaboração de projetos e métodos que tenham interesse em possibilitar a interação e a comunicação interpessoal colaborativa entre as pessoas, sem descaracterizar suas peculiaridades ou corromper sua essência cultural.

Vale destacar que este trabalho demanda de grande desafio, sendo necessário não só optar por uma questão particular política além de uma opção, deve-se realizar uma formação baseada em uma prática teórica que tenha consistência e relevância, devendo pensar em uma ação que inclua a formação continuada dos profissionais da educação.

Neste sentido, elaborar projetos e ações partindo do que é sugerido por Walsh (2010), não é tarefa fácil devido à realidade cultural onde a desigualdade social impera nos guetos e vielas, em que as diferenças são encaradas com estranheza e que a individualidade alheia ou sua diferença é suprimida.

Santos (1997), alerta sobre o fato de praticar a interculturalidade, sendo que este sugere que se deve tomar cuidado para não elevar tanto o nível do diálogo intercultural, pois corre o risco deste debate se desconfigurar mudando o sentido real e destruindo a possibilidade de uma relação dialógica.

Segundo Santos (1997), para que o diálogo atinja seu objetivo, deve-se pautar pela garantia dos direitos humanos, sendo que estes servem como suleador da autonomia e emancipação humana.

Walsh (2009), sugere que seja utilizada uma abordagem crítica, devendo considerar o problema estrutural-colonial-racial. E ainda ressalta que:

Isto é, de um reconhecimento de que a diferença se constrói dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder racializado e hierarquizado, com os brancos e branqueados em cima e os povos indígenas e afrodescendentes nos andares inferiores. A partir desta posição, a interculturalidade passa a ser entendida como uma ferramenta, como um processo e projeto que se constrói a partir das gentes - e como demanda da subalternidade - em contraste à funcional, que se exerce a partir de cima. Aponta e requer a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção de condições de estar, ser, conhecer, aprender, sentir e viver distintas (WALSH, 2009, p. 03).

Sendo assim, a atribuição da instituição escolar deve ser considerada no que se refere ao processo de socialização, sendo que neste contexto, a participação e interação devem ser valorizadas, para que o aluno sinta estimulado em ser o protagonista das construções do próprio processo de aprendizagem.

Segundo Saviani (2008), a escola deve se organizar no sentido de adquirir instrumentos que propiciam o acesso à aprendizagem significativa, assim como a acessibilidade ao conhecimento fundamental dos saberes. O referido autor, ao ponderar sobre esse tema, sugere que é impossível a um determinado sujeito ter controle de todo o conhecimento que já foi gerado por grupos organizados socialmente durante toda a trajetória humana, sendo essencial que seja dada a este a oportunidade de construir o próprio conhecimento com base em sua vivência e naquilo que foi aprendido no seu meio cultural, sendo atribuída a escola a responsabilidade de transmitir tais informações de forma sistematizada.

Nesse sentido, Saviani reforça esses questionamentos com a seguinte afirmativa:

[...] de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008, p. 13).

Diante de tal concepção, a escola é compreendida como um espaço que se destina a realização do ensino e à construção do saber, devendo considerar questionamentos acerca da função do ensino e sua contribuição na formação humana e qual o instrumento legal em que se embasa a organização da educação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber a interculturalidade como fator transformador da realidade de um povo para a preservação de seus costumes e herança cultural, demanda atentar ao fato de que essa forma de abordar este conceito não pode ser associada aos simples fatos de conceber os povos indígenas e afrodescendentes como minorias indefesas. Devido às várias concepções e teorias militantes, tal concepção tomou outra direção, ampliando a visão sobre o verdadeiro conceito de interculturalidade, representando atualmente não apenas a esses dois grupos étnicos, mas se estendendo a todos os povos que sofreram de alguma forma as consequências da colonização ou que tiveram que migrar de sua terra para outros países em busca de melhores condições de sobrevivência. Percebe-se uma tomada de consciência desses povos, que se concebem como indivíduos que possuem uma cultura própria e que lutam para a preservação dos saberes preexistentes, não sendo estes inferiores ou menos relevantes dos que os costumes impostos pelo mundo ocidental.

Este artigo, a partir dos achados nas buscas, tanto nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Internacional e Brasil e o Portal de Periódicos CAPES/MEC identificou que as produções sobre Interculturalidade Crítica, apresentam proximidades quantitativas quando se trata de escritos sobre multiculturalismo e interculturalidade: apresentam uma diferença, obedecendo os quesitos selecionados pelos autores, de apenas 21 (vinte e um) trabalhos, como claramente demonstrado no gráfico 1. Diferentemente nos achados do Portal de Periódicos em que, a discrepância chega ao quantitativo de 86 (oitenta e seis) trabalhos. Ainda assim, se for utilizado uma interseção desses achados, a diferença de 65 (sessenta e cinco) desses trabalhos entre os mecanismos

de busca, não é percebida repetições.

Dessa forma, o presente artigo nos possibilitou a compreensão de que a promoção da interculturalidade crítica deve ser considerada e evidenciada em todos os seguimentos da sociedade, principalmente no âmbito educacional, devendo ser implementada como conteúdo de apoio nos currículos educacionais de forma sistematizada, assim como na formação inicial e continuada de professores. E, também, deve ser tratada como política de Estado e não de governo ou como instrumento utilizado em discursos políticos como forma de manutenção do poder.

A interculturalidade deve ser utilizada como ferramenta de suporte à emancipação dos povos e grupos sociais, que sempre foram subjugados ao poder hegemônico da colonialidade e ao distanciamento social desses grupos que sempre foram colocados à margem da sociedade de forma marginalizada pelas classes mais abastadas que nunca se movimentaram no sentido de promover a aproximação e interação de forma humanizada com aqueles que sempre estiveram a serviço do poder político e econômico.

Diante do exposto, urge a necessidade de minimizar as desigualdades sociais e culturais, a etnização preconceituosa que sempre esteve presente como herança do colonialismo. Sendo assim, é através da educação libertadora que serão rompidos os laços da alienação e do cerceamento da liberdade humana e do exercício da cidadania de forma indistinta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. In: CANDAU, V. M. (org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011. p. 71-75.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. [S.l.: s.n.], 2002.

MARTÍNEZ, Maria Elena; et al. Políticas e práticas de educação intercultural. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 44-72.

MOYA, Ruth. Formación de maestros e interculturalidad. In: CUENCA, Ricardo; NUCINKIS, Nicole; ZAVALA, Virginia. (comps.). **Nuevos maestros para América Latina**. Madrid: Morata, 2007, p. 229-258.

POSO, Fabiana de Freitas; MONTEIRO, Bruno Andrade Pinto. A perspectiva decolonial nos cursos de formação de professores: uma revisão de literatura. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1-18, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v23i0.5358>. Acesso em 10 nov. 2021.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4ª ed. Catanduva: Respel, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 105-124, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100007>. Acesso em 10 nov. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

SILVA, Renan Mota. **Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia/RJ: Educação, Ancestralidade e Decolonialidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 160. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kyDZDyfyhPLjDOFoY5Seo3RMfozO5omp/view?usp=sharing>. Acesso em 20 out. 2021.

VALLESCAR PALANCA, Diana. Consideraciones sobre la interculturalidad y la educación. In: HEISE, Maria. **Interculturalidad, Creación de un concepto y desarrollo de una actitud**. Artigo compilado e editado no Programa FORTE-PE - MINEDUC, Convenio PER/B7 Lima - 2001. Lima, Perú: Inversiones Hatuey S.A.C., 2001. p. 115- 136. Disponível em: http://interculturalidad.org/numero03/2_03.htm. Acesso em 20 nov. 2020.

WALSH, Catherine; VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis. **Construyendo Interculturalidad Crítica**. 2010. Disponível em: <https://medhc16.files.wordpress.com/2018/06/interculturalidad-crc2a1tica-y-educac2a6n-intercultural1.pdf>. Acesso em 30 dez. 2020.

WALSH, Catherine. **(De)Construir la Interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros em el Ecuador**. 2002. Disponível em: <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/363/File/PonenciaLima1.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de) colonialidad: perspectivas críticas e políticas**. In: Congresso da Associação para a Pesquisa Intercultural (ARIC) 2009. Florianópolis, UFSC. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://aric.edugraf.ufsc.br/congrio/anais/artigo/767/textoCompleto>. Acesso em 30 dez. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon. (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 115-142.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Enviado em: 29-11-2021

Aceito em: 14-04-2022

Publicado em: 04-05-2022